



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



4

Discurso na cerimônia de sanção da Lei sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JANEIRO DE 1998

Senhor Presidente da Câmara, Michel Temer; Senhor Ministro Paulo Paiva; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Líderes; Senhores Senadores e Senhores Deputados, muito especialmente, os Deputados e Senadores que foram relatores dessa matéria, já mencionados pelo Ministro Paulo Paiva; Senhor Presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros; Senhor Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulo Pereira da Silva; Senhores Líderes Sindicais; Senhores Empresários; Senhores Trabalhadores; Senhoras e Senhores,

Nada mais expressivo do que esta lei ter sido sancionada imediatamente após o resultado concreto de ela ter sido apresentada através deste contrato, que foi assinado pelos dirigentes sindicais e pelo Doutor Lourenço, pela empresa FAG, pelo Paulo Barbosa, que, depois de seis meses desempregado, encontrou emprego.

O importante não é só isso. É que ele ganhava R\$ 307,00 e agora vai ganhar 470 e poucos reais. Mais do que isso. Tem a proteção sindical. Tem todo o convênio coletivo válido para ele, com todas as suas cláusulas. Tem a sua cesta de trabalho, o seu vale-transporte, enfim, se

insere outra vez no mercado de trabalho. E não se insere pura e simplesmente como alguém que não tem o apoio sindical, senão que tem o apoio sindical.

Eu creio que são coisas práticas, simples, diretas que mostram a necessidade daquilo que o Ministro Paulo Paiva mencionou, ou seja, de o Brasil andar depressa na revisão das relações de trabalho.

Neste momento, nós assinamos uma lei que altera apenas cláusulas para o contrato por tempo determinado de trabalho. Não é por contrato temporário, não. Por tempo determinado de trabalho. E que, ao ser simplificado o processo através do apoio do Congresso Nacional, reduz o custo da mão-de-obra, mas não reduz o salário. O salário dele foi aumentado em comparação com que tinha antes. O que diminuiu foi o custo da mão-de-obra, pelos custos que foram reduzidos em termos das questões sociais que estavam abrangidas de outras formas pela legislação trabalhista.

Nós vamos ter que avançar mais. E ninguém se iluda. A própria noção de trabalho, emprego, está mudando no mundo contemporâneo. E a legislação tem que se adequar a essas mudanças que são realizadas, hoje, pela prática dos sindicatos e dos empresários.

Quantas vezes eu tenho sido instado para entrar diretamente, como Presidente, portanto, como poder político, na discussão entre trabalhadores e empresários. Quantas vezes eu tenho dito que não é esse o meu papel, porque esse era o papel antigo, que nós estamos modificando. A interveniência do poder político depois tem um custo. E esse custo será pago pelos consumidores em geral e pelos que pagam impostos, porque, de alguma maneira, se busca uma forma que leve para o Tesouro a conta. Não é isso que nós estamos fazendo agora. Nós estamos, sim, do lado dos trabalhadores. Quantas vezes sobre essas dificuldades da vida – não só no caso específico dos trabalhadores, agora, da Volkswagen – eu manifestei claramente a minha opinião de que era preciso encontrar uma fórmula que facilitasse a negociação e manifestei que o Governo já tinha dado benefícios suficientes às empresas montadoras para que elas, agora, também prestassem atenção que têm que ceder a algumas das reivindicações dos trabalhadores.

Mas, eu digo isso no plano político geral. Eu não digo isso como parte envolvida na negociação concreta. Porque essa interferência não ajuda ao trabalhador, senão o faz dependente, tutelado pelo Estado, e mais adiante vai engajá-lo sob a forma populista nas mãos daqueles que estão interférindo para, num dado momento, "auxiliá-lo". Isso nós não queremos.

Nós não queremos o trabalhador engajado ao Governo, ou ao Presidente, ou ao líder político para obter vantagens. Nós queremos o trabalhador de cabeça erguida, defendendo os seus interesses através dos seus sindicatos, na luta direta na fábrica. E nós queremos o empresário consciente da necessidade de avançar, como foi o Masini, num momento importante, e como estão sendo agora os que estão avançando, sabendo que a política geral do Governo, isso sim, corresponde a nós. Tem que ser uma política que facilite a criação de empregos, que permita a redução de custos sociais, que permita avançar. Esse é o novo Brasil. Não é o Brasil em que os políticos, aqui representados por todos nós que estamos desse lado do tabuleiro, estejam tirando vantagem das dificuldades do trabalhador e negociando por eles. Eles não precisam mais disso. Eles têm quem os represente com capacidade de negociação por intermédio de seus sindicatos, das suas centrais sindicais. Têm autonomia. É isto que nós queremos: um Brasil em que o trabalhador seja mesmo cidadão e não fique alienado do poder político, nem sequer dos partidos políticos, que devem tampouco ser instrumentos desse tipo de atuação, pois a função do partido é outra. É lá no Congresso, ou é na sociedade, levantando os temas gerais e fazendo avançar o processo brasileiro e o processo legislativo.

Quero reafirmar o que disse o Ministro Paulo Paiva. O Congresso tem, nos momentos necessários, atuado com presteza para criar um novo quadro legal no Brasil. Basta ver, agora, nessa convocação extraordinária. Esse fato só já valeria a convocação extraordinária – este fato de nós termos feito um avanço. Nunca tinha havido nenhuma modificação na legislação trabalhista. Tabu. Quebrou-se o tabu. Só isso já mostra que o Congresso está atuando, e eu não tenho dúvida de que, no momento necessário, vai, sim, votar as reformas. Votar no Senado, seguramente, mas votar na Câmara também a reforma da Previdência e a

reforma administrativa, porque elas são essenciais para que o Brasil possa continuar a prosperar, para que nós possamos continuar a ter investimentos e, portanto, possamos continuar a ter emprego.

Eu quero lhes dizer – e não vou falar demais; o Ministro do Trabalho já fez uma exposição bastante ampla sobre a matéria – que, no que diz respeito à criação de emprego, que é o desafio do mundo contemporâneo, o Governo tem feito o que pode para criar as oportunidades de trabalho.

Nós todos sabemos que as modificações tecnológicas que estão se produzindo em vários níveis, no mundo contemporâneo, economizam mão-de-obra e, portanto, criam um problema de emprego. Isso não tem nada a ver com as políticas econômicas em si, nem sequer com os regimes políticos dos diferentes países, tem a ver com a grande modificação no sistema tecnológico mundial e com a modificação, também, grande, no sistema de trocas internacionais, de produção, estendido pelo mundo todo, em que a racionalização crescente se impõe como norma e a competição obriga a que haja um avanço grande nessa racionalização crescente.

Mas isso não faz com que a sociedade e o Governo possam assistir, de braços cruzados, às consequências desse processo, sem criar fontes de trabalho, sem criar capacidade de trabalho. E capacidade de trabalho significa, como disse o Ministro, treinamento de mão-de-obra, retreinamento de mão-de-obra. Significa, também, investimento, que tem que ser crescente e tem que, crescentemente, não se ater apenas ao grande investimento.

O Brasil deu um salto enorme em matéria de investimento. As consequências estão começando a chegar nas várias áreas de infra-estrutura, de telecomunicações, de bens de capital, em vários setores, na indústria automobilística, na têxtil, em vários setores. Mas, isso não basta. Nós precisamos criar uma rede imensa de empresas pequenas, micro e médias, porque essas empresas pequenas, micro e médias são, realmente, o colchão que permite a acomodação do emprego e o necessário atendimento aos vários níveis da população. E nós estamos muito ativos nessa matéria também.

Os programas mencionados pelo Ministro do Trabalho precisarão avançar mais. Estão avançando. No caso do Pronaf, que é o apoio à pequena agricultura, a modificação foi enorme. Foi enorme. Quando eu assumi o Governo, não havia nenhum financiamento, nenhum, zero, para o pequeno produtor familiar. Zero. Hoje – o Ministro acabou de dar as cifras – são milhões de reais e centenas de milhares, senão um milhão, de famílias atendidas num prazo de dois anos em que esse programa foi se estabelecendo e vai crescendo.

Precisamos do equivalente, com a mesma energia, no setor urbano. Já existe o Proger no setor urbano. Mas nós vamos aumentar a eficiência dele. É preciso fazer com que – não é questão de governo – os agentes financeiros cheguem lá em baixo, por causa do nível de empréstimo, que é de R\$ 6.000,00 e, portanto, os custos muitas vezes não compensam, dado que a taxa de juros é pequena para esses empréstimos. Muitas vezes, o agente financeiro não se interessa ou não tem condições de se interessar da maneira necessária. Nós vamos ampliar isso.

Precisamos – o Ministro está cuidando do assunto – criar novos agentes, fazer com que os estados da Federação se interessem pela distribuição desses recursos. As caixas econômicas. Eu não sei que mecanismos mais. Quem sabe até os sindicatos. Depende de como se avance nessa matéria, porque os recursos existem, a disposição política existe, a necessidade da sua utilização existe. Faltam os elos.

Mas é bom estarmos num Brasil em que, hoje, as questões já não são mais as de ontem: faltavam os recursos e faltavam as políticas. Agora, nós temos os recursos, começamos a tê-los, e temos as políticas. Faltam os elos administrativos, a gestão, a capacidade de chegar lá embaixo, a capacidade de permear a sociedade com as decisões que são tomadas nos vários níveis de governo e da própria sociedade. Isso requer uma mobilização mais ampla, uma agilidade maior, uma participação maior, a criação de novos mecanismos, de novas teias que unam a decisão ao resultado imediato. Nesse esforço, nós precisamos contar com os sindicatos, com os órgãos municipais, com os órgãos estaduais, com os empresários.

Não se pode mais governar o Brasil pensando que só com um decreto as coisas estão resolvidas. Nós estamos numa etapa em que a gestão

passa a ser tão ou mais importante do que a decisão inicial, do que a decisão política ou do que a decisão técnica do investimento. A questão é como é que se faz para que haja uma gestão melhor. E gestão melhor, no mundo de hoje, é gestão compartilhada, é gestão participativa, em que as pessoas e os vários grupos sociais possam corrigir os desmandos que ocorram, aqui ou ali, que possam criticar, mas também assumam a responsabilidade de fazer e de avançar.

Esse é um novo país. E eu quero felicitar, realmente, a Força Sindical pela iniciativa que teve. E felicito com satisfação. Como eles sabem – e os que estão aqui são da Força Sindical –, eu assisti à fundação da Força Sindical, participei das assembleias de fundação, como Senador, no congresso de fundação. E participei não com o espírito de quem quisesse se beneficiar por lá estar, mas com o mesmo espírito que aqui mencionei, como quem percebia que era necessário ter competição na área sindical, como quem percebia que era necessário evitar o monopólio da representação sindical, porque o monopólio, em qualquer setor da atividade humana, é negativo. E na representação sindical também é negativo.

O fato de ter sido modificado e ampliado foi muito positivo. E a tudo que for possível fazer para ampliar a competição, até em nível sindical, eu sou favorável, porque o mundo de hoje não pode mais ser um mundo configurado burocraticamente, um mundo em que alguns dominam um setor da sociedade, seja da força de trabalho, seja do capital, seja dos recursos naturais, e, a partir de decisões fechadas, pensam que estão resolvendo pelo País, quando, na verdade, estão impedindo que o País avance. Foi com esse espírito que eu apoiei, naquele momento, a sua fundação.

E vejo que foi bom. Foi tão bom que, hoje, a CUT também está negociando. E, se ontem a CUT dizia que tudo que a Força Sindical estava fazendo era contra o trabalhador, hoje, por sorte dos trabalhadores e da própria CUT, ela própria assumiu a responsabilidade de avançar numa negociação que vai além da legislação trabalhista.

É preciso, agora, que os deputados que representam as forças trabalhistas não fiquem agarrados ao passado, pendurados, sem o saber, ao autoritarismo do pior momento do Getúlio e ao autoritarismo do pior

momento militar, que não queria mexer em nada que fosse sindical. Que saiam dessa posição de imobilismo e venham para a luz do dia discutir com o Brasil os passos que têm sido dados e compitam livremente nas idéias, na proposta de soluções, porque o trabalhador que está sem emprego precisa de emprego, não precisa de palavras de ordem, precisa de trabalho. E trabalho, hoje em dia, não se faz senão da maneira que foi aqui descrita, criando condições de mais desenvolvimento e de confiança na sociedade, repito, que não quer dizer subordinação a ninguém, nem ao Presidente, nem a nenhum líder político, nem a nenhum líder sindical, senão significa confiança no futuro do nosso país.

É com esse espírito, portanto, que eu, com muita alegria, sancionei esta lei. Reitero meus agradecimentos a todos que dela participaram, muito especialmente aos relatores do Congresso Nacional, aos Presidentes do Senado e da Câmara, aqui presentes, ao Ministro do Trabalho, que, mineiro como é, dá a impressão de que não está fazendo as coisas, e, quando você vai ver, já fez tudo – é preciso tomar cuidado –, e também àqueles que já acorreram no atendimento da lei e já assinaram, aqui, esse novo contrato.

E finalizo apertando a mão do Paulo Barbosa, que, afinal, é o primeiro que vai avançar nesse sentido.